

**Vila do Porto**  
município



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DA 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DO PORTO**

Fase 1\_Relatório de Definição de Âmbito

Formulário de Consulta às ERAE



## Avaliação Ambiental Estratégica da 2rPDM\_ViladoPorto

### | Formulário de Participação

No processo de AAE da 2rPDM\_ViladoPorto considera-se fundamental assegurar uma adequada participação de todas as partes interessadas no processo. Nesse sentido, apresenta-se um modelo de formulário para apoiar o tratamento e análise das observações e contributos sobre o Relatório de Definição de Âmbito (RDA) da AAE submetida a consulta das autoridades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, sejam suscetíveis de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano.

Parecer emitido por: Direção de Serviços do Território e da Água

Entidade: Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Responsável pelo preenchimento: Rita Dinis

Telefone: 296 206 700

E-mail: ana.rm.dinis@azores.gov.pt

Data: 06/03/2024

## I – Quadro de Referência Estratégico (Capítulo 4 do RDA)

Para a definição do quadro de referência estratégico da AAE foram analisadas as políticas, planos e programas nacionais, regionais e locais pertinentes para a avaliação. Pretenderam identificar-se potenciais sinergias e/ou conflitos da 2rPDM\_ViladoPorto com estes referenciais, verificando-se a coerência entre os objetivos de sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos e os objetivos gerais da 2rPDM\_ViladoPorto.

### Comentários Gerais

---

### Observações e sugestões específicas

	Observação	Sugestões de melhoria
Tabela 4.1 Quadro de Referência Estratégico	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se que a referência “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo) (em elaboração)” seja alterada para “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA 2022-2027) (para publicação).	Substituir a referência “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo) (em elaboração)” para “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA 2022-2027) (para publicação)”.
	Considera-se que o QRE deve ter em consideração todos os Programas setoriais em vigor, pelo que se sugere que sejam acrescentados os documentos em falta.	Acrescentar a referência aos Programas setoriais em falta nesta tabela: - Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA); - Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)
Tabela 4.2 Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_VP e o QRE	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se que a referência “PGRIA 2º ciclo” seja alterada para “PGRIA 2022-2027”.	Substituir a referência “PGRIA 2º ciclo” seja alterada para “PGRIA 2022-2027”.
	---	Acrescentar a referência ao POTRAA nesta tabela.
Tabela A01_1 (ANEXO_01) Quadro de Referência Estratégico da AAE da 2rPDM_ViladoPorto	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se alterar a referência de “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo)” para “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2022-2027)”.	Substituir a referência “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo)” para “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2022-2027)”
	Considera-se que o QRE deve ter em consideração todos os Programas setoriais em vigor, pelo que se sugere que seja acrescentado o documento em falta.	Acrescentar a referência ao Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) e a respetiva análise.

## II – Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade (Capítulo 5 do RDA)

O Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, fazem referência genérica a um conjunto de temas ambientais a considerar na avaliação dos eventuais efeitos significativos do plano/programa objeto de uma AAE. O ajustamento destes temas face à natureza e conteúdo da 2rPDM\_ViladoPorto e do Quadro de Referência Estratégico identificado resultou na proposta de um conjunto de fatores de sustentabilidade, bem como dos respetivos critérios de avaliação, objetivos e indicadores, que permitirá estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica do plano.

### Comentários Gerais

---

### Observações e sugestões específicas

	Observação	Sugestões de melhoria
Tabela 5.1 Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação da 2rPDM_ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, nas páginas 39 a 47 deverão ser eliminadas, da coluna "Fonte de Informação", todas as referências à DRAM atendendo à orgânica do Governo Regional dos Açores, publicada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2022/A, de 29 de abril, que determinou a extinção da referida Direção Regional.	Eliminar a DRAM como fonte de informação e acrescentar a entidade atualizada.
	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e no que respeita ao indicador "Águas balneares identificadas e não identificadas (n.º e classificação)" (página 41), sugere-se clarificar que o mesmo se refere a águas balneares costeiras. Sugere-se, ainda, a revisão ou clarificação deste indicador, uma vez que <u>somente</u> as águas balneares costeiras identificadas, por portaria, são classificadas nos termos da Diretiva das Águas Balneares, transposta para a ordem jurídica regional pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, num estatuto de "Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente". Isto significa que águas balneares não identificadas, por portaria, não são classificadas nos termos da referida Diretiva e estatuto. A informação disponível sobre as águas balneares não identificadas respeitam aos resultados das amostras únicas, que podem ser "água própria para banhos" ou "água imprópria para banhos". Ainda de acordo com o parecer emitido em matéria de RH, a fonte de informação para o referido indicador deve ser a DROTRH tendo em conta as competências que lhe estão atribuídas, em matéria de águas balneares, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2023/A, de 15 de setembro, segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2022/A, de 4 de outubro, retificado pela Declaração de Retificação, n.º 7/2022/A, de 2 de dezembro, que aprova a orgânica e o quadro de pessoal dirigente da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.	- Clarificar que o indicador "Águas balneares identificadas e não identificadas (n.º e classificação)" se refere a águas balneares <u>costeiras</u> ; - Rever ou clarificar o mesmo indicador, no que respeita à classificação das águas balneares costeiras; - Alterar a fonte de informação de DRAM para DROTH.

## II – Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade (Capítulo 5 do RDA)

O Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e as respetivas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, fazem referência genérica a um conjunto de temas ambientais a considerar na avaliação dos eventuais efeitos significativos do plano/programa objeto de uma AAE. O ajustamento destes temas face à natureza e conteúdo da 2rPDM\_ViladoPorto e do Quadro de Referência Estratégico identificado resultou na proposta de um conjunto de fatores de sustentabilidade, bem como dos respetivos critérios de avaliação, objetivos e indicadores, que permitirá estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica do plano.

	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e no âmbito da gestão e administração dos recursos hídricos, o relatório utiliza como critérios de avaliação o estado das massas de água de superfície de acordo com os critérios definidos na DQA/LA, e o grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstos no âmbito do PGRH, de acordo com o nível de implementação (executadas, não executadas, em execução), sendo que nada há a opor aos critérios de avaliação definidos. Para mais se informa que o PRA e o PGRH-Açores 2022-2027 foram articulados com todos os Fatores de Sustentabilidade.	---
	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, no critério de avaliação "Serviços e infraestruturas ambientais", indicador "cumprimento das licenças de descarga", sugere-se a inclusão da DROTRH como fonte de informação, enquanto entidade licenciadora.	Acrescentar DROTRH como fonte de informação, dado que se trata da entidade licenciadora.
Tabela 5.2 Análise à potencial articulação, integração e adequabilidade entre os FS da AA das revisões do PDM_ViladoPorto	---	---
Tabela 5.3 Matriz de articulação entre os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e os fatores de sustentabilidade	---	---
Tabela 5.4 Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade	---	---
Tabela 5.5 Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade	---	Corrigir a referência "PGRIA 2.º ciclo" para "PGRIA 2022-2027" e acrescentar o POTRAA.
Questões Estratégicas Ambientalmente Sustentáveis	---	---
Fatores Transversais de Sustentabilidade	---	---

III – Outras Observações		
Capítulo RDA	Comentário	Sugestões de melhoria
Capítulo 1: Introdução	A transposição do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, não se encontra correta, pelo que deve ser revista.	Rever a transposição do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.
Capítulo 2: Objetivos e Metodologia	---	---
Capítulo 3: Objeto de Avaliação	No subcapítulo 3.1. Descrição do Objeto de Avaliação é referido, na página 13, que uma das situações que deverão dar origem a atualizações do PDM é a “Publicação do POTRAA, que se prevê para brevemente”. Nesta sequência, importa indicar que apesar do POTRAA encontrar-se em processo de revisão, não se conhece se será para breve que seja publicado, pelo que se propõe que essa referência seja eliminada.	Alterar o ponto “a “Publicação do POTRAA, que se prevê para brevemente”, para o descrito no capítulo 1 da Fase 1 – Estudos de caracterização e cartografia da 2rPDM Vila do Porto.
	Subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial – Página 19  - No parágrafo introdutório da caracterização da temática “Riscos” é feita a referência à Figura 3.9, mas a mesma não é apresentada.  - De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se que também se tenha em consideração o Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo (DROTRH, 2022), elaborado no âmbito do projeto PLANCLIMAC (MAC2/3.5B/244), que estabelece os procedimentos técnicos e metodológicos para a elaboração de cartografia digital de áreas inundáveis e de risco de inundação costeira nos Açores, define normas e nomenclaturas de produção de cartografia de riscos naturais nos documentos cartográficos dos PEOT e PMOT na Região Autónoma dos Açores e propõe orientações para a adoção de restrições ao uso e ocupação do solo nas áreas de risco.	- Eliminar a referência à Figura 3.9 ou acrescentar a Figura 3.9.  - Ter em consideração o Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.
	Subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial – Precipitação Intensa - Página 19  De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, sugere-se que o seguinte parágrafo “ <i>No âmbito do PGRI 2022-2027 (que se encontra em elaboração) são identificadas como situações nas Bacias Hidrográficas das ilhas das Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel – nenhuma na ilha de Santa Maria.</i> ” Seja alterado para – “ <i>No âmbito do PGRI 2022-2027 (já concluída a versão final do plano e do respetivo relatório ambiental, encontrando-se reunidas as condições para a respetiva aprovação) resultaram na identificação em termos de riscos de inundação fluvial de 11 bacias hidrográficas, distribuídas pelas ilhas das Flores, Terceira, Pico e São Miguel, com risco elevado. No caso de inundações de origem costeira são identificadas, pela primeira vez, 4 zonas de elevado risco de inundação nas ilhas do Pico e São Miguel. Na ilha de Santa Maria não foi identificada nenhuma situação.</i> ”	---
	Subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial – Páginas 20 a 23  Sugere-se que se acrescente os seguintes títulos: Zonas Ameaçadas pelo Mar; Secas; Movimentos de Vertente; e Índice de Vulnerabilidade Costeira.  Conforme proposto no parecer à análise dos Estudos de caracterização e cartografia da 2rPDM Vila do Porto, e relativamente ao risco de movimento de massa, também se propõe que este relatório	---

III – Outras Observações		
Capítulo RDA	Comentário	Sugestões de melhoria
	considere a monitorização que tem sido desenvolvida por esta Direção Regional e pelo CIVISA na Maia, Praia Formosa e Panascos, cujos relatórios têm sido remetidos para a Câmara Municipal de Vila do Porto.	
	Subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade – Páginas 26  No primeiro parágrafo da QEAS 1 é feita a referência à Figura 3.9, mas a mesma não é apresentada.	Eliminar a referência à Figura 3.9 ou acrescentar a Figura 3.9.
	Subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade – Páginas 26  QEAS 1: tendo em consideração os riscos naturais publicados no Portal do Ordenamento do Território dos Açores de acordo com o artigo 6.º do PRAC, considera-se pertinente que também se destaque o risco natural relacionado com os movimentos de vertentes.  Para além disso, também se considera fundamental que a 2rPDM inclua as orientações previstas no Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.	- Acrescentar a suscetibilidade elevada a movimentos de vertente; - Ter em consideração as orientações do Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.
	Subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade – página 31  Na Tabela 3.3, julga-se pertinente que o QEAS1 também esteja articulado com o objetivo e) da 2rPDM_VP	---
Capítulo 7: Consulta a entidades e participação pública	---	---

A Equipa da AAE da 2rPDM\_ViladoPorto agradece a V/ colaboração



**Matosinhos**

R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º  
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150  
Fax (+351) 229 399 159  
porto@quaternaire.pt

**Lisboa**

Av. António Augusto de Aguiar  
nº15 – 5º Dto  
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200  
Fax (+351) 213 513 201  
lisboa@quaternaire.pt

[www.quaternaire.pt](http://www.quaternaire.pt)